II - contar, na data do requerimento, 10 (dez) anos de serviço ininterrupto ou não, no exercício de cargo comissionado, função gratificada ou função de confiança.

§ 5º - ...

§ 6º - No cômputo dos 05 (cinco) anos a que se refere o § 4º deste artigo, serão considerados os distintos cargos de provimento em comissão ocupados pelo servidor nesse período, fixando os proventos com base na média dos últimos 36 (trinta e seis) meses.

§ 7º - A integração aos proventos de aposentadoria de valores relativos à função gratificada, função de confiança, gratificação especial para motoristas e a gratificação de função de chefia dos policiais civis, serão percebidas de acordo com o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º, deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, em 27 de dezembro de 1996.

Vitor Buaiz

Governador do Estado

Perly Cipriano

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Rogério Sarlo Medeiros

Secretário de Estado da Fazenda

Pedro Ivo da Silva

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Lei Complementar nº 92 de 30/12/96 - D.O.E. 30/12/96

Altera a forma de concessão das Gratificações por Assiduidade e de Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Cíveis.

“ Alteração Adicional ”

O Governador do Estado do Espírito Santo

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O “caput” do artigo 106 e o artigo 108, acrescido de dois parágrafos, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 106 - O Adicional de Tempo de Serviço, respeitado do disposto no artigo 166, será concedido ao servidor público, a cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício, no percentual de 5% (cinco por cento), limitado a 35% (trinta e cinco por cento) e calculado sobre o valor do respectivo vencimento.”

“Art. 108 - Após cada decênio ininterrupto de efetivo exercício prestado à Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, o servidor público em atividade terá

direito a um adicional de assiduidade, em caráter permanente, correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento básico do cargo, respeitado o limite de 15% (quinze por cento)

§ 1º - A gratificação de assiduidade para o decênio em curso, na data de promulgação desta Lei Complementar, será calculada proporcionalmente e de forma mista.

§ 2º - Para aplicação do disposto no § 1º será considerado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para os anos já trabalhados e de 5% (cinco por cento) para os anos a serem trabalhados até a complementação do decênio."

Art. 2º Fica acrescentado às Disposições Finais e Transitórias da Lei Complementar Nº 46, de 31 de janeiro de 1994, um novo artigo 316 com a seguinte redação

"Art. 316 - Os servidores que já ultrapassaram os limites estabelecidos nos artigos 106 e 108, da Lei Complementar 46/94, alterados por esta Lei, não farão jus a novos percentuais dos referidos adicionais, garantindo-se o direito adquirido até a data da vigência desta Lei"

Art. 3º Os artigos 316, 317 e 318, da Lei Complementar Nº 46/94, passam a ser numerados como 317, 318 e 319, respectivamente

Art. 4º Para os atuais servidores públicos o Adicional de Tempo de Serviço, respeitado o disposto no artigo 106, será concedido a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício, limitado a 60% (sessenta por cento) e calculado sobre o valor do respectivo vencimento, nas seguintes bases.

- I - Do primeiro ao décimo quinto ano de serviço, 05% (cinco por cento);
- II - Do décimo sexto ao trigésimo ano de serviço, 10% (dez por cento)
- III - Do trigésimo primeiro ao trigésimo quinto ano de serviço, 15% (quinze por cento).

Artigo revogado pela Lei Complementar nº 128/98 - D.O.E. 01/10/98

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Ficam revogados os itens I, II, III e IV do artigo 106, da Lei Complementar nº 46/94

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr

Palácio Anchieta, em Vitória, 30 de dezembro de 1996.

Vitor Buaiz

Governador do Estado

Perly Cipriano

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Pedro Ivo da Silva

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Rogério Sarlo de Medeiros

Secretário de Estado da Fazenda